

Procuradoria
Geral do
Estado



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL

TERMO DE ACORDO N. 112/2022-PGE/CCMA

ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 01.409.580/0001-38, representado pelo Procurador do Estado, **GILBERTO MATHEUS PAZ DE BARROS**, OAB/GO n. 64.999, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, CNPJ n. 01.409.705/0001-20, neste ato representada por sua Secretária de Estado, **APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA**, doravante denominada como **PRIMEIRO ACORDANTE**; **MUNICÍPIO DE PROFESSOR JAMIL, DE NOVAES**, doravante denominado como **SEGUNDO ACORDANTE**; com fundamento no artigo 6º, I, Lei Complementar n. 144/2018, artigo 3º, §2º, Código de Processo Civil/2015, artigo 38-A, Lei Complementar estadual n. 58/2006, artigos 20 e 22, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, bem como o que consta nos autos SEI n. 202100003017580, resolvem firmar o presente termo de acordo na **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**, mediante observância das cláusulas e condições abaixo especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1. Trata-se de requerimento de resolução consensual de controvérsia do **PRIMEIRO ACORDANTE** à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, em consonância ao Ofício n. 1.508/2021-CGE (000023950765), de lavra da Controladoria-Geral do Estado de Goiás, referente ao ajuste interfederativo pactuado com o **SEGUNDO ACORDANTE**, tendo por objetivo a prestação de transporte escolar no círculo municipal, exercício(s) 2014;

1.2. Segundo consta nos autos SEI n. 201900006039188, Relatório n. 186/2019-GEAAS (8495875), necessário o atendimento pela municipalidade das seguintes requisições:

O presente processo de prestação de contas de contas do transporte escolar do município de PROFESSOR JAMIL, exercício de 2014, encontra-se pendente, aguardando os documentos relacionados abaixo:

- enviar extrato bancário de agosto e setembro de 2014;
- item 13, enviar empenho 044/14 rg 24718, da Neide Aparecida e enviar outra nf, pois a que veio está ilegível;
- item 14, falta empenho 0045/14, rg 24719, de José Eurípedes
- item 15, falta empenho 045/14, rg 24717, de Nivaldo Domingos
- item 16 falta empenho 048/14, rg 24720, de Nivaldo Domingos e enviar outra nf, pois a que veio está ilegível;
- item 17, falta empenho 053/14, rg 24723, de José Eurípedes
- item 18, falta empenho 049/14, rg 24717. - houve uma transferência de ted no extato bancário no dia 05/05/14 no valor de 5.241,60, enviar ordem de pagamento e empenho.
- item 19, enviar empenho 052/14, rg 24720, e enviar outra nf, pois a que veio está ilegível, de 02/06/14;
- item 20, enviar empenho 050/14, rg 24718, de Warley Mariano
- item 21, enviar empenho 056/14, rg 24914, de Nivaldo Domingos
- item 22, enviar empenho 052/14, rg 24720, de Nilson Alves e enviar outra nf, pois a que veio está ilegível;
- item 23, enviar empenho 049/14 rg 24717, de Nivaldo Domingos, e enviar outra nf, pois a que veio está ilegível;
- item 24, enviar empenho 050/14, rg 24718 de Neide Aparecida, e enviar outra nf, pois a que veio está ilegível;
- item 25, enviar empenho 053/14, rg 24723, de Warley Mariano,
- item 26, enviar empenho 049/14, de Nivaldo Domingos, e enviar outra nf, pois a que veio está ilegível;
- item 27, enviar empenho 0052/14, rg 24720, e enviar outra nf, pois a que veio está ilegível;
- item 29, enviar empenho 049/14, rg 24718, de Neide Aparecida.
- item 30, enviar empenho 051/14, rg 24719 de José Eurípedes e outra nf legível.

Nei NOVAES

- item 31 – enviar empenho 49/14, rg 24717, de Nivaldo Domingos
- item 32 – enviar empenho 49/14, rg 24717 de Nivaldo Domingos
- item 33 – enviar empenho n98/14, rg 28346, de Neide Aparecida e nf legível.
- item 35 – enviar empenho 51/14, rg 24719, de José Eurípedes e nf legível.
- item 36 – enviar empenho 51/14, rg 24719, de José Eurípedes e nf legível.
- item 37, enviar empenho 052/14, rg 24720, de Nilson Alves e enviar outra nota fiscal, pois a que veio está ilegível;
- item 38, enviar empenho 50/14, rg 24718, 28346, de Neide Aparecida.
- item 39, enviar empenho 97/14, rg 28345;
- item 40 – enviar empenho 96/14, rg 28344;
- item 41, enviar empenho 94/14, rg 28342;
- item 42 – enviar empenho 95/14, rg 28343;
- item 43, enviar empenho 050/14, rg 24718, de Neide Aparecida;
- item 44 – enviar empenho 97/14, rg 28345, de José Eurípedes;
- item 45, enviar empenho 0949/14, rg 24717, Nivaldo Domingos, e enviar outra nf, a que veio está ilegível;
- item 46, enviar empenho 053/14, rg 24723, de Warley Mariano e nota fiscal legível;

1.3. Em 14.12.2021, realizado o juízo positivo de admissibilidade pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual, acatando a submissão do requerimento de resolução consensual (000026031498);

1.4. Após encaminhamento pelo SEGUNDO ACORDANTE da documentação solicitada (000028796216, 000028796572, 000028796747 e 000028797016), constatada pelo PRIMEIRO ACORDANTE a ausência de prejuízo ao erário, declarando a regularidade de referido ajuste interfederativo, requerendo-se, ao final, a realização do consenso correspondente (000031502395);

1.5. A atuação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual é regida pelos princípios da independência, da imparcialidade do(a) mediador(a), da autonomia da vontade dos interessados, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade, da boa-fé e da decisão informada, previstos no artigo 166, Código de Processo Civil/2015 e artigo 2º, §1º, Lei Complementar estadual n. 144/2018;

1.6. Nos termos do artigo 29, Lei Complementar estadual n. 144/2019, autorizada aos(às) Procuradores(as) do Estado a viabilização de acordos, desde que a pretensão econômica não ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos;

1.7. O mesmo diploma legal estabelece em seu artigo 1º, enquanto princípio na celebração dos acordos pela Administração Pública, a redução do dispêndio de recursos públicos na instauração, condução e acompanhamento de processos administrativos e judiciais, nos quais os custos suprem o potencial benefício decorrente dos prognósticos dos seus resultados, o que verifica-se no particular;

1.8. Lado outro, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, estabelece o artigo 20 que a esfera administrativa não poderá decidir com bases em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, tendo esta que demonstrar a necessidade e adequação da medida imposta;

1.9. Conforme artigo 22 de sobredito diploma legal, na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e dificuldades reais do(a) gestor(a) pública, bem como as exigências das políticas públicas a seu cargo, cujas circunstâncias práticas deverão ser consideradas quanto à ação condicionada;

1.10. Considerando, por fim, que a celebração de acordo é recomendada pelos princípios da isonomia, efetividade, eficiência, economicidade e vantajosidade, resolvem as partes, com fundamento nos dispositivos legais retromencionados e nos princípios referenciados, firmar o presente, observadas as condições abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Ney Novais

- 2.1. As partes resolvem celebrar o presente acordo, declarando o PRIMEIRO ACORDANTE a regularidade do ajuste interfederativo pactuado com o SEGUNDO ACORDANTE, tendo por objetivo a prestação de transporte escolar no círculo municipal, exercício(s) 2014;
- §1º O ajuste ora estabelecido restringe-se ao que estabelecido no item 2.1, não desonerando o SEGUNDO ACORDANTE do cumprimento de eventuais obrigações não mediadas;
- 2.3. O presente ajuste implica em confissão irrevogável e irretratável pelo SEGUNDO ACORDANTE, devendo desistir de eventuais impugnações, recursos interpostos, ou ação judicial proposta, bem como importando em renúncia a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico;
- 2.4. Eventual pedido de desistência de ação com renúncia ao direito no qual se funda não exime o SEGUNDO ACORDANTE do pagamento dos honorários advocatícios, nos termos do artigo 90, Lei federal n. 13.105/2015;
- 2.5. O presente acordo possui caráter intransferível, irrevogável e irretratável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO

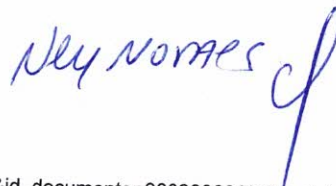
- 3.1. A composição é negócio jurídico de direito material fundada unicamente na vontade das partes, sendo desnecessária sua homologação perante o Poder Judiciário;
- 3.2. O ajuste entabulado, com fundamento no artigo 16, §2º da Lei Complementar estadual n. 144/2018, constitui título executivo extrajudicial e, se homologado judicialmente, título executivo judicial;
- 3.3. O presente termo de acordo será publicado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos do art. 33 da Lei Complementar estadual n. 144/2018;
- 3.4. As controvérsias eventualmente surgidas quanto a esse acordo serão submetidas à tentativa de conciliação, medição ou arbitragem no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, na forma da Lei Complementar estadual n. 144/2018.

Diante do exposto, observados os preceitos legais atinentes ao caso, firmam as partes o presente acordo.

Goiânia, 30 de julho de 2022.

Secretaria de Estado da Educação
Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
Secretária de Estado
(Assinatura Eletrônica)

Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado da Educação
Gilberto Matheus Paz de Barros
Procurador do Estado
OAB/GO n. 64.999
(Assinatura Eletrônica)



Ney Fábio de Novaes
Município de Professor Jamil

Ney Fábio de Novaes

Prefeito(a)



Procurador(a) - Município de Professor Jamil

OAB/GO n. 36.561

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual

Patrícia Vieira Junker

Mediadora

OAB/GO n. 33.038

(Assinatura Eletrônica)



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIEIRA JUNKER, Mediador (a)**, em 30/07/2022, às 15:07, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretário (a) de Estado**, em 02/08/2022, às 08:12, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **OBERTAN HUMBERTON RODRIGUES VALLE, Procurador (a) do Estado**, em 16/08/2022, às 15:31, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000031908968** e o código CRC **3264E4F8**.

CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL
RUA 2 293 Qd.D-02 Lt.20, ESQ. COM A AVENIDA REPÚBLICA DO LÍBANO, ED. REPUBLICA TOWER -
Bairro SETOR OESTE - GOIANIA - GO - CEP 74110-130 - (62)3253-8500.



Referência: Processo nº 20210003017580



SEI 000031908968